

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto desta contratação trata-se da contratação de empresa para o fornecimento de cones de sinalização de trânsito, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio de **dispensa eletrônica**, cujo critério de julgamento é o de **menor preço por item**, conforme **artigo 75, II, da Lei n. 14.133/21**, regulamentado nesta Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) por meio do Ato PGJ n. 019/2023.

1.2. Especificação Detalhada do Objeto

Item	Descrição Completa do Objeto	Grupo/Classe CATMAT CATSER	Padrão Descritivo (Item)	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total Anual
01	Cones de sinalização viária, conforme requisitos descritos no item 5 deste TR.	6310 - Sistema de sinalização de tráfego e trânsito	377815 - Cone Sinalização	50	R\$ 125,94	R\$ 6.297,00

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme definição constante do inciso XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do MPTO pelo Ato PGJ n. 036/2022.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.6. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no catálogo de compras do Governo Federal e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da necessidade de propiciar a adequada sinalização viária, visando a organização do fluxo de veículos e de pedestres nos estacionamentos internos e externos da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior, bem como delimitar áreas específicas nas proximidades da instituição.

2.2. Foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar Simplificado (ETPS), no intuito de cumprir a exigência prevista na Lei Federal n. 14.133/2021 e identificar soluções aplicáveis, por meio de documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos e ambientais, necessários e suficientes para permitir a adequada elaboração deste Termo de Referência.

2.3. A sinalização viária funciona como uma linguagem universal, e é exatamente por isso que é feita em símbolos ou imagens. Sua função, assim como o nome indica, é orientar o trânsito uniformemente a fim de organizar o movimento de todos.

2.4. A adequada sinalização do trânsito nas proximidades dos prédios do MPTO tem como finalidade ordenar o fluxo de veículos nos estacionamentos próximos à Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e nas Promotorias de Justiça do interior, fornecendo informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados de modo a aumentar a segurança de todos os usuários do estacionamento, incluindo servidores, funcionários terceirizados, visitantes e autoridades que comparecem diariamente ao órgão.

2.5. A insuficiência ou ausência de sinalização apropriada pode ocasionar acidentes e congestionamentos evitáveis, além disso, a fluidez do trânsito serve para complementar os sinais verticais de regulamentação, advertência ou indicação, principalmente em dias de eventos abertos ao público externo promovidos pela instituição, quando há um aumento significativo no fluxo de pessoas e consequentemente de veículos.

2.6. Adicionalmente, é importante ressaltar que a melhoria na sinalização de trânsito terá impacto positivo na imagem institucional do MPTO, evidenciando o compromisso do órgão com a segurança e o bem-estar dos visitantes e dos integrantes da instituição.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029:

3.1.1. A presente contratação alinha-se ao seguinte objetivo estratégico do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO-2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 06, de 5 de agosto de 2020 do Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ):

- a) Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada;

3.2 Previsão no PCA

3.2.1. Foi realizada a solicitação da inclusão extemporânea da presente despesa no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, a qual foi autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça, de acordo com as informações acostadas nos autos, passando a constar no PCA da seguinte forma:

Tabela 3.2.1 - Identificação da demanda no Plano de Contratações Anual de 2024.

Identificador da Futura Contratação (PNCP)	N. DFD	Grupo/Classe Catmat/Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da Contratação	Valor Total Estimado
--	--------	----------------------------	--------------------------	---	----------------------

925892-90168/2023	-	6310 - Sistema de Sinalização de tráfego e trânsito	Sistema de Sinalização de tráfego e trânsito	26/12/2023	R\$ 29.000,00
-------------------	---	---	--	------------	---------------

3.3. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.3.1. Verificou-se que o objeto desta contratação não se enquadra nas práticas de sustentabilidade, nem nos eixos temáticos e objetivos previstos na Resolução n. 004/2018/CPJ, que Regulamenta a Política de Sustentabilidade do MPTO e institui o Plano de Logística Sustentável (PLS-MPTO).

3.3.2. Todavia, a contratação observará as orientações e normas voltadas à sustentabilidade ambiental, em especial, o disposto na Instrução Normativa n. 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Para o atendimento da necessidade suscitada neste Termo de Referência, realizou-se o Estudo Técnico Preliminar, no qual não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam atender ao que está sendo demandado pela Administração Pública, verificando que os bens a serem adquiridos estão disponíveis no mercado especializado em sinalização e segurança. Diante das características dos bens, verificou-se inicialmente como opção para atendimento da demanda, a possibilidade de adesão a Atas vigentes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública estadual. Entretanto, não se identificou fornecedores participantes de Atas de Registro de Preço interessados em fornecer os referidos bens. Também foi constatado que não se aplica ao presente processo a hipótese de locação dos bens demandados.

4.2. Assim, baseando-se nas informações do Estudo Técnico Preliminar, tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade e a qualidade técnica da solução escolhida, verifica-se que a contratação de empresa para fornecimento de cones de PVC flexível para sinalização viária, para atender a demanda da Assessoria Militar da PGJ, quanto à sinalização de garagens e entorno das unidades do Ministério Público na capital e do interior, no dia a dia ou por ocasião da realização de eventos, é a única solução para o atendimento da presente necessidade.

4.3. Ademais, pela ausência de previsão de gastos para objetos de mesma natureza neste exercício, entende-se, que a melhor solução é a aquisição de cones para a sinalização viária, através de contratação direta por **dispensa eletrônica de licitação**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/21** e no **art. 7º, II, do Ato PGJ n. 019/2023**, cujo valor foi atualizado pelo Decreto Federal n. 11.871, de 29 de dezembro de 2023, adotando como critério de julgamento o menor preço por item para escolha do contratado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Internos:

5.1. O objeto da contratação deverá atender aos seguintes requisitos internos:

5.1.1. Material de fabricação: PVC flexível ou equivalente.

5.1.2. Cor(es): laranja com duas faixas retrorrefletivas brancas, flexíveis, auto adesivas, aplicadas horizontalmente em toda a circunferência do cone. As cores deverão atender as coordenadas cromáticas da norma ABNT NBR 15071: 2015 Versão Corrigida: 2015 ou ABNT NBR 15071: 2020),

5.1.3. Medida(s): altura entre 70 a 76 cm; lado da base entre 38 cm e 42 cm; largura da 1ª faixa refletiva (superior) de 10 cm ou 15 cm; e largura da 2ª faixa refletiva (inferior) de 10 cm. A forma e as dimensões do cone devem atender ao descrito no Anexo A da norma ABNT NBR 15071: 2015 Versão Corrigida: 2015 ou ABNT NBR 15071: 2020.

5.1.4. Ser fabricado em material de características flexíveis, devendo retornar à forma inicial após a aplicação de um esforço (como por exemplo ao ser dobrado totalmente ao meio);

5.1.5. Ser resistente às intempéries e ter estabilidade quando exposto ao calor, sem sofrer deformações significativas e descolorimento intenso;

5.1.6. Ser fabricado em peça única, com acabamento isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes;

5.1.7. A base do cone deve ser composta por sapatas distribuídas uniformemente, garantindo sua fixação ao solo e permitindo a passagem de água sob o cone;

5.1.8. A extremidade superior deve permitir o encaixe de sinalizadores e possuir furo que possibilite a passagem de cordas/correntes ou a inserção de um bastão com bandeira;

5.1.9. Os cones deverão permitir encaixes sucessivos uns sobre os outros sem danificá-los (empilhamento), para possibilitar fácil transporte e acondicionamento;

5.1.10. Deve possuir rebaixo para evitar o desgaste nas faixas refletivas provocado pelo atrito quando do empilhamento dos cones;

5.1.11. A massa do cone deve ser entre 3 kg e 4 kg;

5.1.12. Deverá conter, em relevo, gravado no corpo, de forma legível, a identificação do fabricante ou fornecedor, o mês e/ou ano de fabricação;

5.1.13. Deverá ter fixado na base do cone, brasão/logomarca do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações de identidade visual fornecidos pela Assessoria de Comunicação - ASCOM.

Requisitos de Sustentabilidade:

5.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação:

5.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

5.4. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021 por tratar-se de materiais de baixo custo e para entrega imediata.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato, ou do recebimento da Nota de Empenho quando esta vier a substituí-lo, conforme as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência.
- 6.2. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.
- 6.3. As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.
- 6.4. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 6.5. A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
- 6.6. A entrega dos produtos deverá ser efetuada na sua totalidade em única remessa, de acordo com o quantitativo estabelecido no instrumento contratual.
- 6.7. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.
- 6.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar e justificar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.8.1 Para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, serão observados os seguintes requisitos:
- O pedido deverá ser formulado por escrito;
 - O prazo para encaminhamento do pedido de prorrogação não poderá ultrapassar o prazo previsto para a entrega dos materiais;
 - Os motivos alegados pela empresa deverão basear-se em fatos supervenientes ou imprevisíveis, devidamente comprovados.
- 6.9. Os bens deverão ser entregues em dia útil, **no horário das 9h às 12h e das 14h às 18h, na Área de Almoxarifado**, no seguinte endereço: **Prédio do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado na Quadra 202 Norte, Rua NE 13, Conjunto 02 Lote 04, CEP. 77.006-220 (Atrás do prédio da Receita Federal) Palmas – TO.**
- 6.10. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e/ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.

Garantia, manutenção e assistência técnica:

- 6.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.
- 6.12. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos produtos entregues.
- 6.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, sem custo adicional para a contratante, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo contratante.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

- 7.1.1. Entregar o objeto em conformidade com as especificações previstas neste instrumento, na proposta comercial, e de acordo com a legislação aplicável.
- 7.1.2. Confirmar o recebimento da nota de empenho.
- 7.1.3. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante.
- 7.1.4. Manter, durante o período de vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação no momento da contratação.
- 7.1.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do instrumento contratual ou documentos que o substituam.
- 7.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 7.1.7. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular da contratação, correndo às suas expensas as correspondentes despesas dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação.
- 7.1.8. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

- 7.2.1. Apresentar, na forma da legislação em vigor, os documentos e informações necessárias à execução do objeto da contratação.
- 7.2.2. Receber o objeto da contratação direta no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.2.3. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.2.4. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto da contratação direta fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 7.2.5. Prestar todas as informações relacionadas à execução do objeto que venham a ser solicitadas pela contratada.
- 7.2.6. Receber e atestar a nota fiscal ou fatura emitida pela contratada, procedendo o envio ao Departamento Financeiro para as providências relacionadas com o pagamento.
- 7.2.7. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 7.2.8. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal.
- 7.2.9. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a contratação, conforme previsto na legislação de regência, e ato interno específico.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei de regência, e cada parte

responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização da contratação será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023^[1], publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre a PGJ-TO e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e será exercida por servidores designados por ato da contratante, a quem incumbirá acompanhar a gestão e execução do objeto contratado, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.4.1. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e de acompanhamento da execução contratual, e dos atos preparatórios à instrução processual, ao encaminhamento da formalização dos procedimentos de competência da Área de Contratos^[2], ao pagamento, à comunicação de ocorrência de infrações administrativas, à extinção dos contratos, dentre outros;

8.4.2. Caberá ao Fiscal técnico o acompanhamento do contrato para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

8.4.3. Caberá ao fiscal administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais em relação às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o controle das revisões, reajustes, repactuações, atesto e pagamento das faturas e providências tempestivas quando do inadimplemento do contratado;

8.5. O Gestor e Fiscais terão poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando materiais que estiverem em desacordo com a contratação, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da Gestão e Fiscalização, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo.

8.6. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.7. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da Lei n. 14.133/2021, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. Para aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, mediante regular processo administrativo e assegurando ao contratado infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.3. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

9.3.2. Multa compensatória, em caso de inexecução parcial (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021), até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

9.3.3. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, a contar da data de notificação do fiscal do contrato, até cessar a inadimplência, em caso de inexecução parcial, especialmente quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (art. 155, VII, Lei 14.133/2021), até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado;

9.3.4. Multa compensatória, em caso de inexecução total (art. 155, III, Lei 14.133/2021), até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

9.3.5. Impedimento de licitar e contratar com a PGJ-TO, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos casos das infrações tipificadas no art. 155, II, III, V e VI, da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados, nos casos das infrações tipificadas no art. 155, VIII, IX, e XII, da Lei n. 14.133/2021, nos casos em que se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.4. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

9.5. As sanções descritas nos itens **9.1.1.** (Advertência), **9.1.3.** (impedimento de licitar e contratar) e **9.1.4.** (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item **9.1.2.** (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.

9.6. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade:

9.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.8. A contratada será notificada a recolher aos cofres do erário a importância das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. A entrega dos produtos ocorrerá em remessa única, e os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante o atesto de recebimento.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Liquidação:

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

Prazo de pagamento:

11.5. O pagamento será efetuado no prazo de até **20 (vinte) dias** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.6. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Forma de pagamento:

11.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela credora.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese **do art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021** em consonância com o **art. 7º, II, do Ato PGJ n. 019/2023**, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

12.2. A dispensa eletrônica consiste no procedimento administrativo de obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, para fins de seleção da mais vantajosa após competição entre fornecedores por meio de lances, valendo-se do Sistema de Dispensa Eletrônica do Governo Federal (ComprasNet) para seu trâmite, seguindo o rito estabelecido no art. 75, § 3º da Lei 14.133/2021, tendo o MPTO também disciplinado a forma eletrônica em seu âmbito, nos termos do art. 7º do Ato PGJ n. 019/2023.

12.3. Dentre as razões que fundamentam a escolha da dispensa eletrônica para a presente contratação, relaciona-se:

a) O valor estimado da contratação, **R\$ 6.297,00 (seis mil duzentos e noventa e sete reais)**, encontra-se abaixo do estabelecido pelo Decreto Federal n. 11.871/2023, que baliza o limite de dispensa de licitação em razão do valor, atualmente em R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos);

b) Nesta data, 23/05/2024, o somatório empenhado para a classe 6310 - Sistema de sinalização de tráfego e trânsito, especificamente para o Item 377815 - Cone Sinalização da tabela do item 1.1., referentes ao Sistema de Catalogação de Serviços ou de Obras do Governo Federal, parâmetro adotado para controle de fracionamento de despesa no âmbito da PGJ-TO, conforme Ato PGJ n. 019/2023, encontra-se zerado. Além disso, o valor previsto no PCA para a classe do material a ser comprado é inferior ao limite do Decreto Federal n. 11.871/2023. Dessa forma, o valor estimado da contratação não compromete o limite de dispensa de licitação no âmbito da PGJ-TO para o exercício de 2024;

c) O rito processual mais célere e custo administrativo mais baixo para o procedimento de dispensa de licitação, comparativamente, ao procedimento licitatório, conforme destacado pelo Tribunal de Contas da União (TCU):

"Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, não cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório

possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado." Manual de Compras Diretas TCU, p. 1. (link: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D71A8CEA96335>)

Exigências de Habilitação

12.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, e simplificadas para as contratações diretas, conforme disciplinado no Ato PGJ n. 019/2023, publicado no DOMP n. 1658, de 30/03/2023 e serão detalhadas no Edital.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. Estima-se para a presente contratação o valor de **R\$ 6.297,00 (seis mil duzentos e noventa e sete reais)**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição Completa do Objeto	Grupo/Classe CATMAT CATSER	Padrão Descritivo (Item)	Quantidade	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total Anual
01	Cones de sinalização viária.	6310 - Sistema de sinalização de tráfego e trânsito	377815 - Cone Sinalização	50	R\$ 125,94	R\$ 6.297,00

13.2. Trata-se de valor referencial com objetivo de certificar a existência de dotação orçamentária suficiente e, por conseguinte, corroborar com o entendimento de viabilidade da contratação.

13.3. O montante foi atualizado através de ampla pesquisa de mercado realizada pela Área de Compras da PGJ-TO, conforme Mapa de Preço com Média Saneada acostado ao ID SEI (0321714) .

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (2024), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 07010 - Procuradoria-Geral de Justiça

Ação: 03.122.1144.2210 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Natureza da Despesa: 3.3.3.90.30 - Material de Consumo

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários

15. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

15.1. Os interessados poderão contactar a **Área de Suporte de Serviços Administrativo** do MPTO pelo telefone (63) 3216-7635, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao objeto, bem como demais informações pertinentes.

Palmas-TO, data certificada pelo sistema.

Marla Mariana Coelho

Mat. 121046

Eplacon

Marcos Conceição da Silva

Mat. 73707

Eplacon

Alessandra Kelly Fonseca Dantas

Mat. 123814

Eplacon

Márcia Aparecida Arruda de Menezes

Mat. 113912

Eplacon

Maria Helena Lima Pereira Neves

Mat. 81207

Servidor Indicado pela Unidade Demandante

DE ACORDO:

João Ricardo de Araújo Silva

Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão

[1] Regulamenta a atuação dos gestores e fiscais no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins.

[2] Art. 57 do RIMPTO.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Lima Pereira Neves**, Encarregada de Área, em 23/05/2024, às 17:08, conforme art. 33, do Ato PGJ n° 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aparecida Arruda De Menezes**, Analista Ministerial Especializado - Administração, em 23/05/2024, às 17:14, conforme art. 33, do Ato PGJ n° 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Conceicao Da Silva**, **Analista Ministerial Especializado - Ciências Econômicas**, em 23/05/2024, às 17:17, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Kelly Fonseca Dantas**, **Analista Ministerial**, em 23/05/2024, às 17:19, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Marla Mariana Coelho**, **Encarregada de Área**, em 23/05/2024, às 17:25, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Ricardo De Araujo Silva**, **Chefe de Departamento**, em 23/05/2024, às 17:27, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0323205** e o código CRC **75243083**.

19.30.1518.0000232/2024-98

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.
Telefone: (63) 3216-7600